



Olegario Valdemar Lago, que trabalha na frente de casa como serralheiro em favela em Buenos Aires. Fernando Canzian/Folhapress



Fonte: Dados cartográficos ©2023 Google

Pobreza e precarização no mercado de trabalho avançam na Argentina

Folha reencontra após 16 anos morador da Villa 31, favela de Buenos Aires que duplicou de tamanho

Fernando Canzian

BUENOS AIRES Morador da maior favela central de Buenos Aires, a Villa 31, Olegario Valdemar Lago, 60, diz que a vida só piorou nos últimos 16 anos. "A favela cresceu para cima, e a gente empobreceu", afirma. Após de ter visitado o local em 2007 na campanha eleitoral que elegeu Cristina Kirchner à Presidência, a reportagem da Folha reencontrou Lago no mesmo local em que ele residia à época.

Sobre sua casa, como acima de centenas de outras, foram erguidos novos andares, formando um labirinto de pequenos prédios que chegam a cinco pavimentos, o que aumentou muito a densidade populacional. De 2007 para cá, a Villa 31 praticamente duplicou a população e tem hoje cerca de 45 mil habitantes. Segundo levantamento oficial de 2018, a província de Buenos Aires tinha 1.600 das 4.228 favelas do país. Mais de um quarto delas surgiu a partir de 2010.

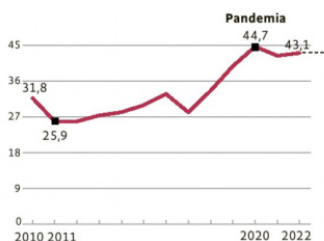
Lago trabalha na frente de sua casa como serralheiro, realizando consertos para clientes locais. O trabalho, diz, é cada vez mais escasso, e os moradores cada vez podem pagar menos. Sua mulher é gari, e o único filho adulto que ainda vive com ele recebe ajuda do Estado por questões de saúde.

Nem bom mês, a família consegue 130 mil pesos (R\$ 1.733 pelo câmbio paralelo), contando o subsídio ao filho. Mas os três rendimentos são insuficientes para tirá-los da pobreza. Eles teriam de ganhar no mínimo 172 mil pesos (R\$ 2.290) para deixar essa condição, de acordo com critério do Indec (Instituto Nacional de Estatística e Censos, o IBGE argentino). O Indec considera pobres os argentinos com renda individual mensal inferior a 57.302 pesos (R\$ 774), e mi-

Pobreza e indigência aumentam na Argentina

Pobreza*

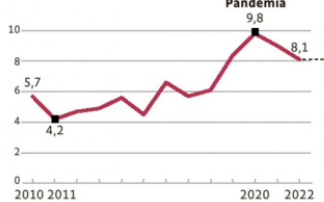
Em % da população



* Recebem menos que o valor da Cesta Básica Total (\$7.302 pesos por adulto; R\$ 774 no câmbio paralelo), que compreende alimentos e bens e serviços como vestuário, transporte, educação e saúde, entre outros

Indigência*

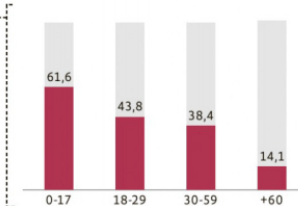
Em % da população



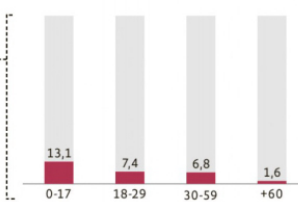
* Recebem menos que o valor da Cesta Básica de Alimentos, equivalente a 2.750 calorias (26.046 pesos por adulto; R\$ 352 no câmbio paralelo)
Fonte: Observatório da Dívida Social da Universidade Católica Argentina e Indec

8,4 mi de crianças e jovens recebem benefícios sociais; outros 650 mil estão desassistidos

Por idade, em %



Por idade, em %



seráveis, abaixo de 26.046 pesos (R\$ 352). Por esse critério, 43,1% da população é pobre (19,7 milhões), e 8,1%, miserável (3,7 milhões).

Nos últimos dez anos, a taxa de pobreza argentina deu um salto de 15 pontos percentuais. Segundo o Observatório da Dívida Social da UCA (Universidade Católica Argentina), ela atingiria metade do país se o governo não subsidiasse de alguma forma (com tarifas de energia, transporte e transfe-

rências em dinheiro) cerca de 40% das residências.

Mesmo assim, para efeito de comparação, a Argentina é menos pobre e desigual do que o Brasil. De acordo com cálculo do economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social, usando o critério do Banco Mundial para os que vivem com menos de US\$ 5,50 ao dia (R\$ 28), a Argentina teria 18,2% de sua população na pobreza; o Brasil, 29,6%.

O cálculo considera a cha-

mada PPP (paridade de poder de compra), métrica que remove distorções causadas por taxas de câmbio, custos de vida diferentes e rendimentos. Também ajustado pela PPP, o PIB per capita argentino é maior que o brasileiro: equivalem a US\$ 21,5 mil e US\$ 14,6 mil, respectivamente, segundo o Banco Mundial.

A Argentina também tem um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) superior ao brasileiro. O país está no 47º

lugar no ranking de 191 países do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O Brasil, em 87º.

O problema da Argentina, porém, é que o mercado de trabalho vem se precarizando rapidamente, com uma explosão de vagas informais e empregos formais que não pagam os valores para tirar trabalhadores da pobreza (pelo critério do Indec).

Há poucos dias, acordo entre sindicatos patronais e de trabalhadores estabeleceu novo aumento, escalonado, de 26,6% para o salário mínimo. Em junho, o valor chegará a 87.987 pesos (R\$ 1.173) e não cobrirá as necessidades de uma família de quatro pessoas (com dois adultos ganhando o salário mínimo e duas crianças).

Com a inflação subindo entre 6% e 7% ao mês, o novo mínimo, pago a trabalhadores formais, também estará desvalorizado em junho. Mas é a informalidade que avança no país.

"Dos novos postos de trabalho, 70% são informais; e temos mais de 40% dos trabalhadores formais na pobreza, que não conseguem comprar uma cesta básica completa", afirma o economista Dante Sica, ex-ministro da Produção e do Trabalho no governo de Mauricio Macri (2015-2019).

Segundo Daniel Imperial, 71, que opera no ramo frigorífico, praticamente todo o comércio de carnes fora das grandes redes de supermercados na Argentina ocorre no mercado informal, com trabalhadores informais.

"Os impostos são terríveis, e, nos matadouros, é muito difícil o controle", diz Imperial. "Já os preços sobem toda semana. Mas não é de hoje, vivemos uma crise muito longa."

De acordo com um empresário argentino voltado à área de comércio exterior que pre-

“

Dos novos postos de trabalho, 70% são informais; e temos mais de 40% dos trabalhadores formais na pobreza, que não conseguem comprar uma cesta básica completa

Dante Sica
ex-ministro da Produção e do Trabalho

fere não se identificar, a crônica falta de dólares no país tem levado cada vez mais empresas a sofrer com a escassez de produtos importados — afetando o crescimento e empregos de melhor qualidade.

Ele diz que as autorizações para importação tornaram-se arbitrarias, complicando o planejamento de longo prazo. Segundo o economista argentino Miguel Broda, o fato abriu nova fonte de problemas no país. "Com tantas restrições, há mais corrupção para conseguir dólares para importações. Se [o suborno] era de 10%, agora custa pelo menos 15%."

Com a escassez de dólares, é a agropecuária, também grande empregadora na Argentina, quem mais sofre com impostos, especialmente sobre exportações.

"A enorme quantidade de impostos tira renda dos produtores. Somos obrigados a ser mesquinhos nos investimentos", afirma Nicolás Pino, presidente da Sociedade Rural Argentina.

"Em vez de produzir cerca de 140 milhões de toneladas [de grãos], poderíamos estar na faixa de 200 milhões."

Pino calcula que, nos últimos 21 anos, o Estado tenha arrecadado cerca de US\$ 175 bilhões em impostos sobre a exportação agropecuária. "O país não melhorou nesse período, muito pelo contrário."